



CÂMARA DO MUNICÍPIO DE CANDÓI

CARGO: ADVOGADO **CONCURSO PÚBLICO EDITAL N° 001/2019** **DATA: 24/11/2019 - PERÍODO: MANHÃ**

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - Este caderno com 50 questões objetivas sem repetição ou falha.
 - Um **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas da prova.
 - Para realizar sua prova, use apenas o material mencionado acima e em hipótese alguma, papéis para rascunho.
- Verifique se este material está completo, em ordem e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes no **CARTÃO-RESPOSTA**, caso haja alguma divergência, você deve comunicar ao fiscal de sala.
- Após a conferência, você deverá assinar o seu nome completo, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA** utilizando caneta esferográfica de tinta de cor azul ou preta.
- Escreva o seu nome e assine nos espaços indicados neste **CADERNO DE QUESTÕES**, bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
- No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras, correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
- Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
- Não será permitido o uso de borracha ou corretivo de qualquer espécie no **CARTÃO-RESPOSTA**, bem como qualquer outro tipo de rasura.
- Para cada uma das questões são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (a), (b), (c), (d) e (e); somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar **apenas uma alternativa para cada questão**; a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
- As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da Prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
- Reserve os 30 (trinta) minutos finais do tempo de prova para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES** não serão levados em conta.
- Quando terminar sua prova, entregue ao Fiscal de Sala, obrigatoriamente o **CARTÃO-RESPOSTA** devidamente assinado e o **CADERNO DE QUESTÕES**.
- O TEMPO DE DURAÇÃO PARA ESTA PROVA É DE **4hs00min**.
- Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova após decorrida **1 (uma) hora**.

N.º DE INSCRIÇÃO						

ASSINATURA

NOME DO CANDIDATO (Letra de Forma)

Corte na linha pontilhada-----

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 05.

A IDADE EM QUE VOCÊ COMEÇA A SENTIR OS SINAIS DA VELHICE PODE DEPENDER DE ONDE VOCÊ VIVE.

Estudo aponta que há uma lacuna de 30 anos entre os países com as maiores e menores idades em que as pessoas experimentam os problemas de saúde de alguém de 65 anos.

Época - 17/03/2019

Com quantos anos alguém começa a sentir os efeitos da idade? Talvez 60 ou 65 não possa ser considerada uma resposta global. Um estudo publicado na última semana mostra que as idades em que as pessoas sofrem os impactos de doenças e do envelhecimento diferem muito de país para país. O trabalho analisou não só a expectativa de vida média de cada país, mas a forma com a qual se está envelhecendo pelo mundo, se os anos estão sendo vividos com saúde ou associados a incapacidades.

O estudo de pesquisadores da Universidade de Washington aponta que há uma lacuna de 30 anos entre os países com as maiores e menores idades em que as pessoas experimentam os problemas de saúde de alguém de 65. Pesquisadores descobriram que pessoas de 76 anos de idade no Japão e 46 em Papua-Nova Guiné têm o mesmo nível de problemas comparados a uma pessoa de idade “média” de 65 (baseada em uma média global do estudo).

“Essas descobertas discrepantes mostram que o aumento da expectativa de vida para idades mais avançadas pode ser uma oportunidade ou ameaça ao bem-estar geral das populações, dependendo dos problemas de saúde relacionados ao envelhecimento que a população vivencia, independentemente da idade cronológica”, afirmou Angela Y. Chang, principal autora e pós-doutoranda do Centro de Tendências e Previsões de Saúde da Universidade de Washington. “Problemas de saúde relacionados à idade podem levar à aposentadoria antecipada, força de trabalho menor e maiores gastos com saúde. Os líderes de governos e os que influenciam os sistemas de

saúde precisam considerar quando as pessoas começam a sofrer os efeitos negativos do envelhecimento.”

Os efeitos citados pela pesquisadora incluem funções prejudicadas e perda de capacidades físicas, mentais e cognitivas resultantes das 92 condições analisadas — cinco das quais são comunicáveis e 81 não, junto a seis lesões.

O estudo, intitulado “Medir o envelhecimento da população: uma análise do Estudo Global da Carga de Doenças 2017”, foi publicado na revista científica *The Lancet Public Health* e é o primeiro deste tipo, segundo Chang, cujo centro fica no Instituto de Avaliação e Métricas de Saúde da Universidade de Washington. As métricas tradicionais de envelhecimento examinam o aumento da longevidade. Esse estudo, por outro lado, explora a idade cronológica e o ritmo em que o envelhecimento contribui para a deterioração da saúde. O trabalho usou dados do estudo *Global Burden of Disease* (GBD) 2017.

Os pesquisadores mediram o que chamaram de “carga de doença relacionada à idade” (Dalys, na sigla em inglês). Segundo aponta o estudo, os países com a menor carga de doenças associadas ao envelhecimento foram Suíça, Cingapura, Coreia do Norte, Japão e Itália.

O estudo descobriu, por exemplo, que, em 2017, em Papua-Nova Guiné, as pessoas tiveram a maior taxa mundial de problemas de saúde relacionados à idade, com mais de 500 Dalys por 1.000 adultos. O número é quatro vezes maior do que ocorreu na Suíça, com pouco mais de 100 Dalys por 1.000 adultos.

Nos Estados Unidos, a taxa era de 161,5 Dalys por 1.000 adultos, o que colocava o país em 53º lugar, entre a Argélia, em 52º, com 161 Dalys por 1.000 adultos, e o Irã, em 54º, com 164,8 Dalys por 1.000.

Usando a média global de pessoas de 65 anos como grupo de referência, Chang e outros pesquisadores também estimaram as idades em que a população em cada país experimentou a mesma taxa de carga relacionada. Eles encontraram grande variação em quão bem ou mal as pessoas envelhecem.

A partir disso, identificaram que os japoneses de 76 anos enfrentam a mesma carga de envelhecimento que pessoas de 46 anos em Papua-Nova Guiné, país que ficou em último

lugar no ranking com 195 países e territórios. Os Estados Unidos, em que a idade foi 68,5 anos, ficaram em 54º lugar, entre o Irã (69 anos), Antígua e Barbuda (68,4 anos).

Por trás das grandes variações no padrão de envelhecimento entre os países, com discrepância quanto ao impacto das doenças e incapacidades, há muitos determinantes sociais envolvidos, como explica a geriatra Ana Cristina Canêdo Speranza, presidente da seção estadual do Rio de Janeiro da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia:

“Questões socioeconômicas, culturais e ambientais têm forte impacto na forma como um país envelhece. Desigualdades sociais e políticas públicas insuficientes impactam os países de baixa renda, onde o acesso à saúde pode ser dificultado, assim como o controle e a prevenção de doenças crônicas”, pontuou Speranza. “Em países de baixa renda, por exemplo na África, mesmo vivendo pouco em termos de longevidade, adultos experimentam uma alta carga de doenças relacionadas ao envelhecimento.”

Entre os países de alta renda, a diferença também pode ser grande. Com relação a isso, a médica ressalta outro aspecto que interfere em como envelhecer, citando exemplos do Japão e dos Estados Unidos. No país asiático, um idoso com 76 anos possui um perfil equivalente ao de um idoso de 69 nos EUA em termos de nível de impacto de doenças, como mostra o estudo. Essa variação poderia ser explicada em parte por diferenças nos padrões de estilo de vida dentre estes países, explicou a geriatra.

“O estudo sugere que os limites de idade para identificar uma população idosa não deveriam ser fixados em 65 anos, já que o padrão de envelhecimento é tão diferente entre os países”, concluiu, chamando a atenção para o fato de que os dados apresentados trazem questões importantes para o desenvolvimento e a adaptação de políticas públicas a partir do perfil de cada país, a fim de se garantir uma vida longa e saudável para todos os indivíduos.

<https://epoca.globo.com/a-idade-em-que-voce-comeca-sentir-os-sinais-da-velhice-pode-depender-de-onde-voce-vive-23530050>

01 - Analise as afirmativas a seguir:

I - O estudo publicado mostra que o envelhecimento da população aos 60 ou 65 anos é um fenômeno mundial.

II - Os pesquisadores apontaram alguns países com a menor carga de doenças associadas ao envelhecimento nos continentes asiático e europeu.

III - Um dos motivos apontados como causa do envelhecimento é a influência genética.

De acordo com o texto, estão incorretas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II e III, apenas.

02 - São causas citadas no texto que impactam na forma como se envelhece, exceto:

- a) Estilo de vida.
- b) Baixa renda.
- c) Questões ambientais.
- d) Políticas públicas ineficientes.
- e) Perda da capacidade física e mental.

03 - “Essas descobertas discrepantes mostram que o aumento da expectativa de vida (...)”. 3º§

São palavras que apresentam o mesmo sentido do termo acima destacado, exceto:

- a) Côngruas.
- b) Colidentes.
- c) Desacordes.
- d) Diversas.
- e) Dissonantes.

04 - “(...) adaptação de políticas públicas a partir do perfil de cada país, a fim de se garantir uma vida longa e saudável para todos os indivíduos”. 14º§

A oração sublinhada está construída a partir de uma estrutura:

- a) Causal.
- b) Final.
- c) Comparativa.
- d) Conclusiva.
- e) Explicativa.

05 - “(...) em Papua-Nova Guiné, país que ficou em último lugar no ranking com 195 países e territórios”. 10º§

O vocábulo destacado nesse período mantém com seu termo antecedente uma relação sintática de:

- a) Adição.

- b) Explicação.
- c) Exemplificação.
- d) Substituição.
- e) Condição.

06 - Leia com atenção a charge a seguir:



<https://www.google.com>

Marque a alternativa que apresenta o uso correto do “porquê”.

- a) Está explicado o por quê querem cortar a aposentadoria!
- b) Está explicado porque querem cortar a aposentadoria!
- c) Querem cortar a aposentadoria, por que?
- d) Está explicado por que querem cortar a aposentadoria!
- e) Por quê querem cortar a aposentadoria?

07 - Assinale a alternativa que apresenta a grafia correta:

- a) A rescisão do contrato deve ocorrer antes que o prazo legal expire.
- b) Aquele texto sucita reflexões sobre a realidade dos idosos no mundo.
- c) Há muitos fragrantes de agressões contra idosos no Brasil.
- d) A sociedade precisa enchergar o idoso com mais atenção.
- e) A minirreforma previdenciária precariza direitos fundamentais.

08 - A única frase que apresenta desvio de regência verbal recomendada pela norma culta é:

- a) Ela não se lembrou de tomar a vacina.
- b) Os especialistas informam os benefícios das vacinas aos pais.
- c) A vacina contra o sarampo chegou nas unidades de saúde.
- d) Eles obedecem à política regional de saúde.
- e) Custa-me acreditar nessa realidade das vacinas.

09 - Marque a alternativa que apresenta uma frase com equívoco de concordância verbal:

- a) A maioria dos entrevistados concorda com a reforma da Previdência.
- b) Fazem-se exercícios físicos para melhoria da qualidade de vida.
- c) Devem ter havido graves problemas sociais naquele país.
- d) Precisa-se de políticas públicas eficazes voltadas ao idoso.
- e) Vossa Excelência agiu com imparcialidade e prudência.

10 - “Com relação a isso, a médica ressalta outro aspecto que interfere em como envelhecer, citando exemplos do Japão e dos Estados Unidos”. 13º§

Nesse período, o termo destacado tem a função de:

- a) Complemento nominal.
- b) Adjunto adverbial.
- c) Objeto indireto.
- d) Objeto direto.
- e) Sujeito.

CONHECIMENTOS GERAIS

11 - Analise com atenção o texto do telegrama abaixo:

Paraíba, 29-julho-1929.
 Deputado Tavares Cavalcanti:
 Reunido o diretório do partido, sob minha presidência política, resolveu unanimemente não apoiar a candidatura do eminente Sr. Júlio Prestes à sucessão presidencial da República. Peço comunicar essa solução ao líder da Maioria, em resposta à sua consulta sobre a atitude da Paraíba.
 Queira transmitir aos demais membros da bancada essa deliberação do Partido, que conto, todos apoiarão, com a solidariedade sempre assegurada.
 Saudações:
 João Pessoa, Presidente do Estado da Paraíba.

Todos os fatos históricos abaixo ocorreram depois da emissão desse telegrama, EXCETO:

- a) As províncias passaram a ser estados e seus presidentes foram substituídos por interventores.
- b) Getúlio Vargas liderou a Revolução de 1930.
- c) Júlio Prestes foi eleito presidente da república, mas não chegou a assumir o cargo.

- d) O “café com leite”, revezamento político entre Minas Gerais e São Paulo continuou a vigorar no Brasil.
e) Washington Luiz foi deposto da presidência da república.

12 - Atual estado brasileiro que foi invadido por tropas paraguaias, fato esse que se tornou um dos estopins da Guerra do Paraguai:

- a) Goiás.
b) Mato Grosso.
c) Mato Grosso do Sul.
d) Paraná.
e) Nenhuma alternativa completa corretamente o enunciado da questão.

13 - Estado conhecido como Terra dos Marechais, pelo fato de ser o berço de nascimento dos dois primeiros presidentes da república do Brasil:

- a) Acre.
b) Alagoas.
c) Bahia.
d) Paraíba.
e) Sergipe.

14 - Levando-se em consideração os números mais recentes do IBGE, a mortalidade infantil em Candói apresenta:

- a) 6,17 óbitos por mil nascidos vivos.
b) 6,67 óbitos por mil nascidos vivos.
c) 7,17 óbitos por mil nascidos vivos.
d) 7,67 óbitos por mil nascidos vivos.
e) 8,17 óbitos por mil nascidos vivos.

15 - Local onde a Família Real Portuguesa desembarcou inicialmente no Brasil, no início do século XIX em sua fuga da Europa, diante das ameaças de Napoleão Bonaparte:

- a) Fernando de Noronha.
b) Ilha das Cobras.
c) Rio de Janeiro.
d) Salvador.
e) São Paulo.

16 - Prefeito que por mais vezes foi eleito para ocupar a Cadeira da Prefeitura Municipal de Candói:

- a) Elias Farah Neto.
b) Gelson Kruk da Costa.
c) Mauricio Mendes de Araújo.
d) Waltzer Donini.

- e) Nenhuma alternativa completa corretamente o enunciado da questão.

17 - Presidente da República que baixou (assinou) o Ato Institucional nº 5 (AI-5):

- a) Castello Branco.
b) Costa e Silva.
c) Ernesto Geisel.
d) Garrastazu Médice.
e) João Figueiredo.

18 - Tendo base os números mais recentes do IBGE, o PIB per capita de Candói apresenta o valor de:

- a) R\$ 28.660,05.
b) R\$ 29.160,05.
c) R\$ 29.660,05.
d) R\$ 30.160,05.
e) R\$ 30.660,05.

19 - Tramita no Congresso Nacional uma proposta para a extinção e/ou fusão de pequenos municípios com população inferior a 5.000 habitantes e arrecadação inferior a 10% de suas receitas. O menor município em população do Brasil segundo os números atuais do IBGE é:

- a) Araguainha – MT.
b) Borá – SP.
c) Engenho Velho – RS.
d) Oliveira de Fátima – TO.
e) Serra da Saudade – MG.

20 - Único ministro do Supremo Tribunal Federal indicado por Michel Temer:

- a) Alexandre de Moraes.
b) Edson Fachin.
c) Luiz Fux.
d) Roberto Barroso.
e) Teori Zavascki.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - De acordo com a Constituição da República de 1988, as medidas provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de:

- a) 30 (trinta) dias, prorrogável, uma vez por igual período.
b) 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, uma vez por igual período.

- c) 60 (sessenta) dias, prorrogável, uma vez por igual período.
- d) 90 (noventa) dias, prorrogável, uma vez por igual período.
- e) 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável, uma vez por igual período.

22 - De acordo com a Constituição da República de 1988, o teto remuneratório dos Desembargadores do Tribunal de Justiça está limitado em qual percentual do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal?

- a) 90% (noventa por cento).
- b) 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento).
- c) 92,50% (noventa e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento).
- d) 95% (noventa e cinco por cento).
- e) 100% (cem por cento).

23 - De acordo com a Constituição da República de 1988, compete privativamente à União legislar sobre:

- a) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- b) Florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- c) Proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- d) Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- e) Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

DIRETO ADMINISTRATIVO

24 - De acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, são cláusulas necessárias em todo contrato administrativos, EXCETO:

- a) O preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

- b) O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- c) As hipóteses de alteração contratual.
- d) Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.
- e) A vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.

25 - De acordo com a Lei nº 8.429, de 3 de junho de 1992, é correto afirmar que:

- a) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar à Defensoria Pública, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- b) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações dessa lei até o limite de seu patrimônio.
- c) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
- d) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções dos atos de improbidade podem ser propostas dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo em comissão ou de função de confiança.
- e) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

26 - De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, é correto afirmar que:

- a) Operação de crédito: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do

ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

b) Dívida pública fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo inferior a doze meses.

c) Dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, exceto as do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

d) Operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações **assemelhadas**, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

e) Dívida pública consolidada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo inferior a doze meses.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

27 - De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Candói, com as alterações da Resolução nº 046/2012, compete à Mesa da Câmara:

a) Propor ao Plenário, projetos que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como a fixação da respectiva remuneração, observadas as determinações legais.

b) Declarar prejudicada a proposição, em face de rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo, salvo requerimento que consubstanciar reiteração de pedido não atendido ou resultante de modificação da situação de fatos anteriores.

c) Recusar recebimento a substitutivos ou emendas que não sejam pertinentes à proposição inicial.

d) Encaminhar processos às Comissões permanentes e incluí-los na pauta.

e) Autorizar o desarquivamento de proposições.

28 - De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Candói, com as alterações da Resolução nº 046/2012, é correto afirmar que a Câmara Municipal de Candói possui quantas Comissões Permanentes?

a) 03 (três) Comissões Permanentes.

b) 04 (quatro) Comissões Permanentes.

c) 05 (cinco) Comissões Permanentes.

d) 06 (seis) Comissões Permanentes.

e) 07 (sete) Comissões Permanentes.

29 - De acordo com a Lei Orgânica do Município de Candói, estabelecida pela Emenda à Lei Orgânica nº 004/2012, compete a Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

a) Conceder títulos de Cidadania, honorarias e outras homenagens.

b) Representar ao Procurador Geral da Justiça, mediante aprovação da maioria absoluta dos seus membros, contra o Prefeito, o Vice-Prefeito e Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, pela prática de crime contra a Administração Pública que tiver conhecimento.

c) Deliberar sobre o orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais.

d) Tributos municipais, bem como autorização de isenções, anistias fiscais e a remissão de dívidas.

e) Criação, alteração e extinção de cargos, empregos e funções públicas e fixação da respectiva remuneração.

DIREITO CIVIL

30 - De acordo com o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno:

a) As fundações.

b) As organizações religiosas.

c) As autarquias, inclusive as associações públicas.

d) Os partidos políticos.

e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista.

31 - Nos termos da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, com as alterações incluídas pela Lei nº 13.655/2018, é correto afirmar que:

- a) Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, o qual produzirá efeito a partir da data de sua assinatura.
- b) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro escusável.
- c) Na interpretação de normas sobre gestão pública, não serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- d) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
- e) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

32 - Nos termos do Código Civil, com a redação dada pela Lei nº 13.874/2019, acerca dos contratos em geral, é correto afirmar que:

- a) A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
- b) Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- c) A herança de pessoa viva poderá ser objeto de contrato, nos casos previstos na legislação especial.
- d) É ilícito às partes estipular contratos atípicos.

e) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar de sua execução.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

33 - Nos termos do Código de Processo Civil, estabelecido pela Lei nº 13.105/2015, acerca dos recursos, é correto afirmar que:

- a) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- b) A apelação não terá efeito suspensivo.
- c) A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
- d) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pela Defensoria Pública, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- e) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

34 - Nos termos do Código de Processo Civil, estabelecido pela Lei nº 13.105/2015, acerca dos embargos de declaração, é correto afirmar que:

- a) Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de cinco dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração.
- b) Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- c) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a um por cento sobre o valor atualizado da causa.
- d) Na reiteração de embargos de declaração manifestamente protelatórios, a multa será elevada a até cinco por cento sobre o valor atualizado da causa, e a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que a recolherão ao final.

e) Não serão admitidos novos embargos de declaração se os dois anteriores houverem sido considerados protelatórios.

35 - Nos termos do Código de Processo Civil, estabelecido pela Lei nº 13.105/2015, acerca da tutela provisória, é correto afirmar que:

a) A tutela de evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

b) A tutela da urgência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

c) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.

d) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de reversibilidade dos efeitos da decisão.

e) A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. O réu será citado para, no prazo de quinze dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

36 - Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada pela Lei nº 13.874/2019, acerca da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, é correto afirmar que:

a) A CTPS será emitida pelo Ministério do Trabalho preferencialmente em meio eletrônico.

b) A Carteira de Trabalho e Previdência Social será emitida pelas Delegacias Regionais do Trabalho ou, mediante convênio, pelos órgãos federais, estaduais e municipais da administração direta ou indireta.

c) Para obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social o interessado comparecerá pessoalmente ao órgão emissor, onde será identificado e prestará as declarações necessárias.

d) A CTPS terá como identificação única do empregado o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

e) O empregador terá o prazo de cinco dias para anotar na CTPS, em relação aos trabalhadores que admitir, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.

37 - Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.467/2017, acerca da jornada de trabalho, é correto afirmar que:

a) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

b) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.

c) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

d) O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, será computado na jornada de trabalho, por ser tempo à disposição do empregador.

e) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

38 - Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada pela Lei nº 13.874/2019, acerca da duração do trabalho, é correto afirmar que:

a) Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação

que, por sua natureza, se constituam como trabalho externo.

b) Para os estabelecimentos com mais de dez trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, permitida a pré-assinalação do período de repouso.

c) Fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

d) A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado. Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de trinta dias, com correspondente registro em aditivo contratual.

e) Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

39 - De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.467/2017, é correto afirmar que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

- a) Enquadramento do grau de insalubridade.
- b) Salário mínimo.
- c) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- d) Repouso semanal remunerado.
- e) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.

DIREITO PENAL

40 - De acordo com a Lei nº 11.101/2005, acerca dos crimes falimentares, é correto afirmar que:

a) Fraude a credores: Praticar, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar a recuperação extrajudicial, ato fraudulento de que resulte ou possa resultar prejuízo aos credores,

com o fim de obter ou assegurar vantagem indevida para si ou para outrem.

b) Violação de sigilo empresarial: Divulgar ou propalar, por qualquer meio, informação falsa sobre devedor em recuperação judicial, com o fim de levá-lo à falência ou de obter vantagem.

c) Favorecimento de credores: Sonegar ou omitir informações ou prestar informações falsas no processo de falência, de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, com o fim de induzir a erro o juiz, o Ministério Público, os credores, a assembleia-geral de credores, o Comitê ou o administrador judicial.

d) Indução a erro: Apresentar, em falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, relação de créditos, habilitação de créditos ou reclamação falsas, ou juntar a elas título falso ou simulado.

e) Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens: Adquirir o juiz, o representante do Ministério Público, o administrador judicial, o gestor judicial, o perito, o avaliador, o escrivão, o oficial de justiça ou o leiloeiro, por si ou por interposta pessoa, bens de massa falida ou de devedor em recuperação judicial, ou, em relação a estes, entrar em alguma especulação de lucro, quando tenham atuado nos respectivos processos.

41 - De acordo com a Lei nº 4.729/1965, constitui crime de sonegação fiscal, EXCETO:

a) Prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei.

b) Inserir elementos inexatos ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública.

c) Alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública.

d) Fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

e) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

42 - De acordo com a Lei nº 7.492/86, acerca dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, é correto afirmar que:

a) Nos crimes previstos nessa Lei, cometidos em quadrilha ou co-autoria, o co-autor ou partícipe que através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de um a dois quintos.

b) A ação penal, nos crimes previstos nessa lei, será promovida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal.

c) Quando a denúncia for intentada no prazo legal, o ofendido poderá representar ao Procurador-Geral de Justiça, para que este a ofereça, designe outro órgão do Ministério Público Estadual para oferecê-la ou determine o arquivamento das peças de informação recebidas.

d) Nos crimes previstos nessa lei e punidos com pena de reclusão, o réu poderá prestar fiança, apelar antes de ser recolhido à prisão, se estiver configurada situação que autoriza a prisão preventiva.

e) O órgão do Ministério Público Federal, sempre que julgar necessário, poderá requisitar, a qualquer autoridade, informação, documento ou diligência, relativa à prova dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. O sigilo dos serviços e operações financeiras poderá ser invocado como óbice ao atendimento da requisição realizadas às autoridades competentes.

DIREITO TRIBUTÁRIO

43 - De acordo com a Constituição da República de 1988, acerca do Sistema Tributário Nacional, é correto afirmar que:

a) Sempre que possível, os impostos não terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

b) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos, salvo em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

c) Cabe à lei ordinária dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

d) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos estaduais.

e) A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

44 - De acordo com a Constituição da República de 1988, compete à União instituir impostos sobre:

a) Transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

b) Transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

c) Propriedade territorial rural.

d) Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

e) Propriedade de veículos automotores.

45 - Nos termos do Código Tributário Nacional, acerca dos tributos, é correto afirmar que:

a) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente da atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

b) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e indivisível,

prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

c) Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

d) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

e) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevantes para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.

DIREITO AMBIENTAL

46 - De acordo com a Lei nº 12.651/2012, acerca das definições estabelecidas pelo Código Florestal, é correto afirmar que:

a) Manejo sustentável: administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços.

b) Pequena propriedade ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, salvo os assentamentos e projetos de reforma agrária.

c) Manejo sustentável: substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana.

d) Reserva Legal: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a

estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

e) Área de Preservação Permanente - APP: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

47 - Nos termos da Lei nº 9.433/1997, é correto afirmar que a Política Nacional de Recursos Hídricos se baseia, entre outros, no seguinte fundamento:

a) A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

b) A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

c) A prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

d) A gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade.

e) A adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País.

ESTATUTO DA OAB E CÓDIGO DE ÉTICA DISCIPLINAR

48 - Nos termos do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), acerca do advogado empregado, é correto afirmar que:

a) As horas trabalhadas no período das vinte horas de um dia até as cinco horas do dia seguinte são remuneradas como noturnas, acrescidas do adicional de vinte por cento.

b) A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de oito horas contínuas e quarenta horas semanais, salvo

acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva.

c) As horas trabalhadas que excederem a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a cem por cento sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.

d) As horas trabalhadas no período das vinte e duas horas de um dia até as cinco horas do dia seguinte são remuneradas como noturnas, acrescidas do adicional de cinquenta por cento.

e) Os honorários de sucumbência, percebidos por advogado empregado de sociedade de advogados não são partilhados entre ele e a empregadora.

49 - Nos termos do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, aprovado pela Resolução nº 02/2015, é correto afirmar que:

a) É legítima a recusa, pelo advogado, do patrocínio de causa e de manifestação, no âmbito judicial, de pretensão concernente a direito que também lhe seja aplicável ou contrarie orientação que tenha manifestado anteriormente.

b) O oferecimento de serviços profissionais que implique, direta ou indiretamente, angariar ou captar clientela, serão realizados nos termos do Código de Ética e disciplina da OAB.

c) A conclusão da causa ou o arquivamento dos autos, não faz presumir a extinção do mandato.

d) A renúncia ao patrocínio deve ser feita com menção do motivo que a determinou, fazendo cessar a responsabilidade profissional pelo acompanhamento da causa, uma vez decorrido o prazo previsto em lei.

e) São admissíveis como formas de publicidade o patrocínio de eventos ou publicações de caráter científico ou cultural, assim como a divulgação de boletins, por meio físico ou eletrônico, sobre matéria cultural de interesse dos advogados, desde que sua circulação fique adstrita a clientes e a interessados do meio jurídico.

LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

50 - De acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, acerca da microempresa e de empresa de pequeno porte, é correto afirmar que:

a) A microempresa auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

b) A empresa de pequeno auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

c) A microempresa auferir, em cada ano-calendário, receita líquida igual ou inferior a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

d) A empresa de pequeno porte auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

e) A empresa de pequeno auferir, em cada ano-calendário, receita líquida superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).